timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XI PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 111 ABRIL 1995

UM INCÓMODO CRESCENTE

Programada para ser o culminar de um promissor entendimento económico, a visita de Suharto à Alemanha transformou-se numa sucessão de humilhações para o velho ditador

Empenhado em tornar a Alemanha no primeiro parceiro económico da Indonésia na União Europeia, o governo alemão decidiu este ano atribuir àquele país um estatuto privilegiado na Feira Industrial de Hanover, que decorreu naquela cidade entre 3 e 8 de Abril. Confirmando a importância do relacionamento entre os dois países, o Presidente indonésio e a esposa aproveitaram a ocasião para visitar oficialmente a Alemanha e participar na inauguração da feira.

Do ponto de vista das relações económicas o momento apresentava-se promissor. Empresas alemãs têm vindo a ganhar importantes contratos de fornecimento e de prestação de serviços e a conquistar forte presença no capital social de empresas chave da Indonésia. O chanceler H. Kohl dizia sorridente para a imprensa que Habibie, o ministro da Investigação e Tecnologia indonésio, doutorado numa universidade germânica, era "*o maior investimento da Indonésia na Alemanha*".

Mas outros motivos, que não os económicos, chamaram a atenção da opinião pública internacional para a visita.

A LUTA PELA DEMOCRACIA

Desde que em Junho do ano passado o poder suspendeu três dos mais prestigiados e lidos semanários indonésios, um incipiente, mas tenaz, movimento de "desafio à autoridade" instalou-se nos meios urbanos e universitários indonésios.

Para contrariar este movimento, assistiu-se no mês de Março a uma ofensiva dos aparelhos de segurança contra as organizações não-governamentais (ONG) e contra a imprensa alternativa de que estas são o grande suporte.

No dia 10, um comunicado da *Infight* denunciava uma incursão das forças policiais, ocorrida na vêspera, à sede em Jacarta de uma outra ONG, a Fundação *Pijar*, muito conhecida pelas suas posições críticas do regime e pela sua simpatia para com a causa do povo timorense. Do assalto resultou a prisão de um activista daquela organização, Tri Agus, o responsável pelo boletim da mesma, o *Kabar Dari Pijar*, e a apreensão de documentação e de todas as disquetes que encontraram no local. No dia seguinte a polícia voltou à sede da *Pijar*, prendendo outro activista e levando ... o computador. E como encontrasse na ocasião o secretário-geral de uma outra organização, a *Aldera* (Aliança Democrática Popular), com sede na vizinhança, exigiu-lhe as chaves da sede passando busca ao local e apreendendo também diverso material informativo. Segundo um comunicado da *Tapol*, a incursão e as prisões que a acompanharam inscrevem-se numa campanha das autoridades para silenciar cinco publicações editadas por ONG e que escapam ao controlo governamental. Seriam elas o já citado boletim da *Pijar*, o *Independen* da *AJI* (Associação de Jornalistas Independentes), *Mitra* da organização feminista *Kalyanamitra*, *Kompak*, um jornal independente publicado em Bandung, e *Bima Darma*, editado pela Fundação *Bina Darma* de Salatiga, em Java Central.

No dia 17 de Março as autoridades fizeram uma nova investida, agora contra a *AJI*, prendendo três dos seus dirigentes. E lançaram uma ofensiva contra os jornalistas nela filiados, pressionando as direcções dos jornais a despedi-los.

No dia 5 de Abril cerca de 300 estudantes e activistas dos direitos humanos manifestaram-se em Yogyakarta contra a repressão governamental, tendo 45 deles sido presos. Os jovens tentaram chegar ao parlamento local mas foram dispersos à bastonada pela polícia de choque e por forças do exército antes de terem conseguido atingir o seu objectivo. Aos gritos de "*Viva o povo! Vivam os estudantes! Viva a democracia!*" os manifestantes desfraldaram dezenas de panos onde podia ler-se "*Chegou a hora de lutar pela democracia*" e "*Juntos com o povo lutaremos pela democracia*" (*Jakarta Post*, 6/4/95).

neste número:

UM INCÓMODO CRESCENTE

INDONÉSIA: LENTAMENTE ...

A HISTÓRIA COMO ÓPIO

No dia 13 cerca de 100 estudantes da *FAMI* (Frente de Acção dos Estudantes Indonésios) manifestaram-se defronte do Ministério da Informação em protesto pela prisão dos três jornalistas da *AJI*. Durante a manifestação foram presos 7 estudantes. Os manifestantes entregaram no ministério uma carta dirigida ao ministro lembrando que, 50 anos depois da independência, se assiste na Indonésia a uma crescente degradação das condições de liberdade de imprensa que, tendo começado com a suspensão dos semanários, chegou agora à prisão e ao despedimento dos jornalistas independentes.

Todo este movimento de luta pela democracia e a repressão que o acompanha são hoje conhecidos, não só na Indonésia como no resto do mundo. Não surpreende, pois, que Suharto não seja um desconhecido para a opinião pública alemã.

RAZÕES DE UMA SOLIDARIEDADE

Numa carta aberta aos parlamentares e aos meios de comunicação social indonésios e à opinião pública em geral, o grupo alemão *Watch Indonesia!*, uma das muitas organizações que participou activamente nas iniciativas que acompanharam a visita de Suharto, explicou as razões que estiveram na base das posições de repúdio ao Presidente da Indonésia por parte de sectores tão diversificados da sociedade alemã. "*Muitos dos participantes eram antigos dirigentes do movimento democrático que ajudou a pôr fim ao regime comunista na antiga RDA. Censura da imprensa, proibição de jornais e revistas, de manifestações e de reuniões públicas, acusações, prisões e condenações arbitrárias - o povo alemão sofreu tudo isto durante o regime comunista na RDA e - ainda pior - durante a ditadura nazi na Alemanha. Tendo presente esta experiência traumática e sabendo como é difícil lutar pela liberdade, o povo alemão tem hoje um crescente interesse pelos sistemas fascistas ainda existentes no mundo, como por exemplo o da Indonésia.*" E, segundo a *Radio Netherlands* (11/4/95), "*questões como a de Timor Leste, o assassinato de Marsinah* [dirigente operária morta pelos militares em Maio de 93], *o caso de Pakpahan* [secretário-geral da central sindical independente condenado a 4 anos de cadeia] *e a prisão de Ahmad Taufik* [um dos dirigentes da *AJI* agora presos] *são amplamente conhecidas do público alemão.*"

Suharto tinha a esperá-lo em Hanover uma pequena, mas ruidosa, multidão e más notícias. O senado da cidade de Weimar tinha considerado o Presidente indonésio *persona non grata* levando ao cancelamento da sua visita.

Mas foi em Dresden que ocorreram as manifestações que para alguns foram "*as mais poderosas havidas contra um Chefe de Estado de visita à Alemanha*" (*Radio Netherlands*, 11/4/95).

Anulado um concerto na Ópera de Dresden por a orquestra se ter recusado a tocar, foi organizada uma visita ao Museu Zwinger. Mas também aí as coisas não correram bem. Interpelado por alguns dos visitantes do museu que com ele se cruzavam, Suharto, visivelmente incomodado, abandonou-o ao fim de meia-hora de visita. Enfiado com toda a sua comitiva num autocarro, viu-se rodeado por centenas de manifestantes que o apuparam e insultaram. Perante a inoperância da polícia alemã que levou mais de um quarto de hora a tirá-lo daquele embaraço e perante o ambiente hostil que o rodeava, o Presidente indonésio e seus acompanhantes perderam a cabeça, tendo o MNE Alatas chegado ao ponto de espetar o dedo médio na direcção dos manifestantes.

A NECESSIDADE DE MUDANÇA

Durante as VI Jornadas da Universidade do Porto sobre Timor, o Prof. Ben Anderson da Cornell University (EUA) chamou a atenção para a crescente distanciação entre o Presidente Suharto e o corpo de oficiais da ABRI. Esta distanciação, disse, é não só etária - separam-nos quase 30 anos - mas também política. A actual geração que ocupa os postos de comando das FFAA não passou pelas experiências - a luta contra o colonialismo holandês, o golpe de 65 - que marcaram a geração de Suharto.

Como olhará esta geração, em vésperas de assumir efectivamente o poder (ou uma parte significativa dele), os acontecimentos da Alemanha, que o mesmo é dizer o que esteve na sua origem? E os comportamentos, emocionais e descompostos, da figura máxima do Estado e de alguns dos seus acompanhantes? Como olhará ela um Suharto que, incapaz de se dar respeito, se põe aos gritos em javanês? E um Alatas que se põe a fazer gestos obscenos para a multidão?

Ficará, provavelmente, dividida entre a exaltação nacionalista, que pede culpados, e a serenidade analítica, que pede mudança. O primeiro sentimento só levará à procura de bodes expiatórios. Esperemos que seja o segundo a vencer pois ele poderá ajudar a Indonésia a encontrar o seu verdadeiro lugar entre a comunidade dos povos.

LENTAMENTE ...

O problema de Timor Leste na Indonésia tem vindo, aos poucos, a perder o seu carácter de questão restringida a um pequeno círculo de intelectuais, académicos e activistas políticos para começar a ganhar correntes mais vastas da opinião pública.

Depois de o *Independen*, o jornal da AJI, ter publicado uma longa entrevista com o dirigente máximo da Resistência timorense, preso em Cipinang, Xanana Gusmão, foi agora a vez do *Tiras*, um semanário criado por um grupo de jornalistas saídos do *Editor*, publicar uma entrevista com um dirigente da rede clandestina timorense em Jacarta, apresentado sob o nome de código LLK.

De acordo com este dirigente, a Resistência armada teria mais de 1.000 homens e cerca de 700 armas, a maioria das quais M-16 capturadas ao exército indonésio.

LLK, apresentado como um homem de 34 anos de idade, disse que os guerrilheiros se encontravam espalhados por várias regiões do país sob a direcção do Comandante Konis Santana mas reconheceu que o seu movimento não estava em condições de derrotar militarmente o exército indonésio e que a Resistência privilegiava hoje o terreno político e diplomático. Segundo ele, a rede clandestina, que só em Díli tem mais de 7.000 activistas, num esforço para chamar a atenção da comunidade internacional, tem distribuído informação por outros países a partir de várias cidades da Indonésia (reproduzido a partir de um despacho da *UPI* de 6/4/95).

Aos poucos, vai ganhando raízes a compreensão de que em Timor Leste existe um movimento político organizado que se opõe à integração e que esse movimento tem direcção e estratégia.

A HISTÓRIA COMO ÓPIO

Tal como a religião, também a História pode, por vezes, funcionar como "ópio do povo"

Integrado num seminário de Estudos Asiáticos, organizado pela Universidade australiana de Murdoch, o académico indonésio George Aditjondro apresentou um trabalho sobre a utilização, pelo regime de Jacarta, da História da Indonésia como "ópio" a ser consumido pela população. É esse trabalho que a seguir transcrevemos.

"Marx, em tempos, classificou a religião como o ópio do povo. A validade desta afirmação continua a ser discutível - especialmente se tomarmos em conta o papel da Igreja Católica em Timor Leste. Contudo, agindo de acordo com esta afirmação de Marx, a elite dominante na Indonésia tem vindo, desde há 20 anos, a intoxicar o povo indonésio no sentido de este aceitar a anexação de Timor Leste. Para isso utiliza cinco mitos históricos importantes.

O primeiro mito - que advem da longa história indonésia de lutas anti-coloniais contra ocupantes europeus - é o do colonialismo ser um monopólio europeu, que se expandiu mundialmente tornando-se num monopólio ocidental. Assim, o regime indonésio conseguiu, com sucesso, convencer os seus cidadãos de que a campanha internacional que visa possibilitar ao povo timorense o exercício do direito à autodeterminação é uma conspiração "ocidental" - portanto "neocolonial" - contra a Indonésia. Visto nesta perspectiva, o papel de Portugal como principal porta-voz do povo timorense no contexto internacional, tende a ser contra-produtivo no que diz respeito à conquista de apoios para a causa timorense, na Indonésia.

O segundo mito é que somente o Islão pode tornar-se na força motivadora de movimentos de libertação. Apesar de, na Indonésia, existirem fortes apoios a movimentos de independência de inspiração islâmica na Palestina e na Bósnia, nunca se estabeleceu este tipo de ligação entre o Catolicismo e o movimento de independência em Timor Leste. Este equívoco resultou da experiência anti-colonial indonésia, onde o Cristianismo era associado ao colo-nizador e o Islamismo aos povos colonizados (não-ocidentais).

O terceiro mito é que o Reino de língua Tétum de Waihale, no Timor Ocidental, reuniu em tempos toda a ilha de Timor sob a sua esfera de influência, o que justificaria a unificação actual da ilha dentro da República da Indonésia. Este mito é, frequentemente, reafirmado por cientistas sociais indonésios tendo, no entanto, diversas falhas importantes.

A primeira é que, mesmo que fosse verdade que um certo reino uniu, uma vez, toda a ilha, será que a população desta, no momento presente, centenas de anos mais tarde, continua a querer a união sob a administração da República Indonésia, que não é a mesma coisa que o antigo Reino Waihale? Em segundo lugar, até a validade desta afirmação histórica pode ser debatida sob vários ângulos. Se é verdade que o Reino de Waihale unificou toda a ilha, porque é que o Tétum nem sequer chegou a ser língua franca no Timor Ocidental, onde o Atoni é muito mais falado? E porque é que, mesmo em Timor Leste, o Tétum era apenas um entre os mais de 30 dialectos falados em Timor antes da chegada dos portugueses? (...).

O quarto mito é que a Fretilin era um partido comunista, devendo, por isso, travar-se a sua ascendência em Timor Leste através da ajuda prestada ao povo timorense para se libertar desses comunistas e dos seus apoiantes portugueses nas forças armadas. Este é, provavelmente, um dos mitos mais populares na Indonésia, o que ajudou o regime indonésio a obter o aval dos muçulmanos e cristãos indonésios para invadir a metade oriental da ilha no final de 1975. Mais tarde, devido a este sentimento anticomunista, através da repetida identificação da Resistência de Timor Leste com a Fretilin, que já nem é o caso, o regime indonésio conseguiu, com sucesso, afastá-la de forças indonésias mais progressistas provenientes dos meios religiosos, que, por isso, são mais sensíveis aos choques específicos com o comunismo na Indonésia (só isto requer toda uma reflexão).

Deixem-me esclarecer este quarto mito. Primeiro que tudo, como frente de libertação, a Fretilin conseguiu reunir todas as facções que desejavam a independência imediata, bem como uma libertação radical da sociedade timorense das marcas deixadas pela colonização. Certamente que existiam marxistas entre eles, assim como católicos praticantes, muçulmanos de descendência árabe, chineses seguidores de Confúcio e animistas. Contudo, estes foram, na sua maioria, unificados por um forte sentimento nacionalista e por uma ideologia maubere bastante rudimentar que tinha certos paralelismos com o «Marhaenismo» de falecido Presidente Sukarno.

Depois de a UDT abandonar a coligação independentista, vindo posteriormente a colaborar com os invasores indonésios, a Fretilin foi o único partido que ficou. Assim, este acidente histórico, bem como a sua íntima ligação com os movimentos de libertação em África, levou a Fretilin a declarar a independência de Timor Leste em 28 de Novembro de 1975, sob a forma de um Estado de partido único. No entanto, esta decisão já foi alterada por Xanana Gusmão (...).

Porém, mesmo que a Fretilin fosse um partido comunista, isso não justifica uma invasão indonésia e a ocupação de Timor Leste. Isto porque, seguindo a mesma lógica, um futuro regime indonésio, que poderia ter tendências mais de esquerda, não teria o direito de invadir Singapura sob o pretexto de evitar que o vírus capitalista daí oriundo infectasse a Indonésia.

O quinto mito é que o próprio povo de Timor Leste teria pedido para ser integrado na Indonésia, consubstanciado na chamada «Declaração de Balibó» que foi, na realidade, orquestrada por agentes dos serviços de segurança indonésios no Hotel Penida View, em Bali. Por isto é que o dirigente timorense, Xanana Gusmão, lhe chamou a «Declaração de Balibohong», uma vez que não foi escrita e assinada por líderes timorenses em Balibó, em Timor Leste, mas sim por indonésios em Bali.

Assim, para libertar o povo de Timor Leste, o povo indonésio precisa de libertar-se da sua História, que tem sido falsamente interpretada para negar o direito dos outros povos à auto-determinação e à independência. Ao serem prisioneiros dessa falsa interpretação, até muitos dos democratas indonésios que lutam contra o actual regime tendem a mostrar-se pouco solidários com a causa timorense."

AUSTRÁLIA: AJUDA ... A QUÊM?

Durante o período compreendido entre 1980 e 1993 a ajuda

australiana à Indonésia, no montante de 990 milhões de dólares, gerou receitas para a economia do país doador no valor de 1,76 biliões de dólares. Quem o disse foi o Ministro australiano da Cooperação e Desenvolvimento, Gordon Bilney, citado pela *Australian Financial Review* (5/4/95).

Esta afirmação foi feita durante a abertura de um seminário sobre o mercado da ajuda internacional, estimado em 35 biliões de dólares. Segundo aquele responsável governamental os números não deixam qualquer dúvida de que "*as actividades de desenvolvimento*" e as "*receitas comerciais substanciais*" andam de mão dada no programa de ajuda australiano.

PAPUA OCIDENTAL: A MINA DA IRA

A *PT Freeport Indonesia* é uma empresa mineira detida em 82%

pela *Freeport-McMoRan Copper and Gold*, sediada nos E.U.A., sendo os restantes 18% partilhados em partes iguais pelo governo indonésio e pela *PT Indocopper Investama*.

Foi em 1967 que esta empresa iniciou a sua actividade na Papua Ocidental. À época este território estava envolvido num conturbado processo de saída dos antigos colonizadores holandeses, com a população local a querer a independência e os indonésios a quererem a sua integração como a "26ª província". Em 1969 Jacarta conseguiu finalmente os seus intentos. Mudou o nome do território para Irian Jaya e os independentistas mais combativos criaram a OPM (*Organisasi Papua Merdeka*), a Organização de Libertação da Papua.

Em 1977, o crescente mal-estar provocado entre as populações pela actividade da *Freeport* culminou com uma série de acções da OPM contra as instalações mineiras, acções estas que desencadearam ferozes campanhas militares de "pacificação" por parte do exército indonésio.

Agora, a violência da repressão na zona mineira voltou de novo às primeiras páginas graças a um relatório da organização australiana ACFOA (*The Australian Council for Overseas Aid*), divulgado em princípios de Abril. De acordo com ele, 22 civis e 15 alegados guerrilheiros da OPM foram mortos na Papua Ocidental pelo exército indonésio, ajudado pelas forças de segurança da *PT Freeport Indonesia*, e muitos outros papuanos foram torturados, desapareceram sem deixar rasto ou tiveram que fugir das suas aldeias, no período que decorreu entre Junho de 94 e Fevereiro de 95.

Estas acções das forças militares seguiram-se aos protestos das populações - maioritariamente das etnias Amungme e Dani - contra as condições a que a exploração da mina os está a conduzir: destruição do seu habitat natural, expulsão das suas terras ancestrais, degradação psicológica e física em resultado do desenraizamento. Este estado de revolta das populações tem alimentado acções por parte da OPM, entre as quais se conta o içar de uma bandeira desta organização no dia 25 de Dezembro último, em Tembagapura, cidade onde vivem os 12.000 trabalhadores da mina.

De acordo com o relatório do ACFOA, elaborado a partir de testemunhos oculares dos acontecimentos, pouco depois da bandeira ter sido içada forças da "*ABRI* [Forças Armadas da República da Indonésia] *e da segurança da Freeport rodearam, de repente, a multidão*" (cerca de 300 pessoas) e, "*sem avisar, apontaram as armas directamente para a multidão e começaram a disparar.*"

TIMOR LESTE: A SUBTIL AMEAÇA

O massacre de Liquiça tem duas versões na Indonésia: uma, para

consumo externo, enaltecendo o trabalho e a independência da Comissão Nacional de Direitos Humanos, assim como da Comissão Militar especialmente nomeada para o efeito; outra, para consumo interno, que reafirma as declarações iniciais dos altos comandos militares de que os massacrados eram "terroristas".

O Chefe do Estado-Maior do exército, gen. Hartono, alertou os comandos militares regionais para a ameaça representada pelos elementos clandestinos, "*uma subtil mas perigosa ameaça à estabilidade, e não só em Timor Leste*". "*Podem ser funcionários do Estado ou de empresas privadas, mas na verdade são agitadores. O movimento clandestino não é um pequeno problema e deve merecer seriamente a nossa atenção*", disse o general.

De acordo com o *Jakarta Post* citado pela agência *Reuter*, Hartono teria solicitado aos comandantes regionais listas de dirigentes de qualquer movimento clandestino existente na área sob o seu comando, acrescentando que o "*incidente de Liquiça*" serviu para relembrar que movimentos deste tipo exigem uma vigilância apertada. "*Isto é necessário porque as acções clandestinas, tais como as que ocorreram em Timor Leste, são mais perigosas do que a actividade rebelde normal.*"

O mesmo jornal, na sua edição de 25 de Março, dá conta da criação em Timor de uma nova organização, a *Garda Muda Penegak Integrasi* (Jovens Guardas para a Defesa da Integração), apresentada como "*um local de encontro no qual a juventude timorense será educada e treinada a manter e a defender a integração.*"

Entretanto, teve início em Díli no dia 28 de Março o julgamento de Inácio dos Santos, um dos 13 timorenses acusados de terem organizado e participado na manifestação de 9 de Janeiro na Universidade de Timor. Conforme o promotor de justiça disse ao tribunal, a manifestação foi organizada numa reunião tida em casa de Inácio dois dias antes da sua realização. O promotor acusou os manifestantes de terem usado uma linguagem injuriosa e insultuosa para o governo.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317